

JOSÉ LUÍS BRANDÃO
FRANCISCO DE OLIVEIRA
(COORD.)

IMPRESA DA
UNIVERSIDADE
DE COIMBRA
COIMBRA
UNIVERSITY
PRESS

HISTÓRIA DE

RO

MA

ANTIGA

VOLUME I

DAS ORIGENS À
MORTE DE CÉSAR



9. DE SULA AO “1º TRIUNVIRATO”: O LEGADO DE CRASSO E POMPEIO MAGNO

Rui Morais

Universidade do Porto
Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos

Sumário: Os antecedentes herdados do período de Sula: ascensão de Crasso e Pompeio. A guerra de Sertório na Hispânia. A revolta servil de Espártaco. O 1º consulado de Pompeio e Crasso em 70 a.C. e a alteração da legislação de Sula. As campanhas de Pompeio no Oriente: os poderes de Pompeio; guerras contra a pirataria e contra Mitridates. A conjura de Catilina. O regresso de Pompeio e a ascensão de César. Apêndice sobre o fim de Crasso e de Pompeio.

1. Os antecedentes herdados do período de Sula

Após a morte de Sula¹, os anos seguintes contemplaram a ascendente carreira política de Marco Licínio Crasso, um milionário ambicioso, protetor dos senadores e cavaleiros, e de Gneu Pompeio, um jovem arrogante e versátil (Grant 1960 27), que contava apenas 23 anos quando ofereceu os seus serviços ao ditador, tornando-se um dos seus mais reconhecidos oficiais.

¹ Sobre a ditadura de Sula, vide Mantas, cap. 8 §7

Marco Licínio Crasso, membro de uma destacada família da *nobilitas*, filho de um dos cônsules do ano 97 a. C., distinguiu-se pelo seu apoio incondicional às classes dirigentes (Ward 1977). Exerceu os mais altos cargos da República, tendo ocupado duas vezes o consulado (em 70 e 55 a. C.) e uma vez o cargo de censor (em 65 a. C.). O seu pai e o irmão mais velho, apoiantes de Sula, foram mortos durante o cerco sangüinário perpetrado por Mário e os seus apoiantes (Bringmann 2011 193). Ele próprio apoiou o ditador, o que lhe permitiu granjear prestígio político, obter avultados lucros económicos, e ainda participar como comandante na batalha de Porta Colina, conseguindo assim chegar a membro do senado em 81 a. C.. Durante as prescrições de Sula, Crasso obteve grandes benefícios no ramo imobiliário ao comprar a baixo preço propriedades confiscadas aos proscritos, e convertendo-as rapidamente em enorme fortuna (Goldsworthy 2007 204). Mas foi-se afastando gradualmente da contenção conservadora do regime de Sula, assumindo posições mais moderadas, promovendo patrícios e plebeus ricos para cargos políticos, emprestando-lhes dinheiro em troca de favores políticos e garantindo assim que a esmagadora maioria do senado lhe fosse devedora (Goldsworthy 2007 207). Um dos visados terá sido César, ao usufruir de um avultado empréstimo de 830 talentos, pouco antes de ter assumido o cargo de governador da Hispânia Ulterior (Goldsworthy 2008 196). Apesar da sua riqueza, Crasso levou uma vida relativamente frugal, dedicou-se ao aumento da sua fortuna, mantendo ligações estreitas com os *publicani* e outras companhias ativas nas províncias e com centenas de hábeis escravos para a construção de edifícios em Roma. Possuía ainda grandes propriedades e minas de prata (Goldsworthy 2008 151-153). Era seu entendimento que apenas um homem rico poderia reunir exércitos (Bringmann 2011 197).

Quanto a Pompeio, recorrendo à sua fortuna e sobretudo às populações do Piceno (onde tinha vastas propriedades familiares), recrutou uma, e depois mais duas legiões de soldados. Tratava-se de um procedimento ferido de legalidade, pois Pompeio nunca ocupara nenhum cargo que lhe outorgasse o *imperium*, ou seja, o direito de recrutar ou comandar tropas, pois era um simples cidadão privado.

De acordo com Plutarco², sempre que Pompeio se aproximava, Sula levantava-se ou removia o seu capuz, em sinal de respeito. Ele fazia-o apenas para um número reduzido de pessoas, por isso todos no seu círculo imediato aperceber-se-iam que aquele jovem era tido em grande consideração e estava destinado a grandes feitos. Ainda antes de se fixar permanentemente em Roma, Pompeio usa os seus exércitos em várias campanhas a favor de Sula, inicialmente em Itália e na Sicília (82 a.C.). Mas acabaria por receber uma carta de Sula, reiterada por um decreto do senado, dando-lhe ordens para que se deslocasse para o norte de África, na Numídia, a fim de pôr termo à resistência dos apoiantes do partido de Gaio Mário, aí liderados pelo comandante romano Gneu Domício Aenobarbo. Ao comando de seis legiões, Pompeio desembarcou em Útica, mesmo junto de Cartago, onde obteve uma vitória decisiva. Desobedece a uma mensagem de Sula que lhe ordenava que permanecesse com uma legião naquela província e enviasse as restantes de volta a Itália.

No final da breve incursão vitoriosa ao norte de África as suas tropas atribuem-lhe o título de *imperator*, mas também, pela primeira vez, lhe atribuem o cognome de “Magno” (*Magnus* ‘o Grande’). Entusiasmado, e simultaneamente calculista e confiante, Pompeio recusa licenciar as suas quatro legiões e tenta celebrar um triunfo em Roma. Mas depara-se com as naturais objeções do ditador: para além de seis anos mais jovem do que seria necessário, ele ainda pertencia à carreira equestre, faltando-lhe ascender ao senado para poder usufruir de tal prerrogativa. Mas o jovem Pompeio não desiste e, para surpresa de todos, insiste publicamente, reiterando perante o ditador que as pessoas adoravam mais o nascer do que o pôr do sol. Fez-se um silêncio absoluto. Após uns breves momentos de reflexão, Sula exclamou: “deixai-o triunfar, deixai-o triunfar!”. Sula permitiu assim as honras do triunfo ao jovem Pompeio e concedeu-lhe usar, certamente de modo irónico, o cognome que lhe havia sido dado pelos exércitos.

O triunfo, celebrado no dia 12 de março de 81 ou 80 a.C., teve algo inusitado. Para o celebrar o jovem Pompeio tentou algo inovador para a época: atravessar a porta triunfal com um carro transportado não por

² Plu. *Pomp.* 5-8.

quatro cavalos brancos (como mandava a tradição) mas antes por quatro elefantes. Tratou-se, efetivamente, de um jogo simbólico extremamente perigoso, levado até ao limite, pois esta iniciativa era vista como uma intenção de forjar um confronto direto com os príncipes helenísticos, incluindo o próprio Alexandre Magno. Os senadores romanos suspiraram de alívio quando os elefantes não conseguiram passar pela Porta Triunfal; esta era demasiado estreita para a proeza!

Plutarco³ dá-nos o seguinte retrato de Pompeio, nesta fase:

«Na sua juventude, Pompeio tinha um semblante muito atraente, que falava por si antes de ele abrir a boca. Mas esse seu aspeto gracioso não era desprovido de dignidade, o que, com a sua juventude florescente, lhe conferia um ar venerável e principesco. O cabelo era ligeiramente ondulado, o que, com a humidade brilhante e a vivacidade do seu olhar, produzia uma semelhança, mais falada do que manifesta, com as estátuas do rei Alexandre. Assim, alguns deram-lhe formalmente o nome de Alexandre e ele não o recusou».

Apesar da glória que acumulou ao longo desses anos, Pompeio não evitou a fama de cruel, sendo conhecida em Roma as histórias associadas à forma como ele tinha um prazer mórbido na execução de distintos senadores quando os capturava. Para alguns não se tratava de Pompeio “o Grande”, mas antes do “jovem carrasco”.

Mas, voltando a Sula. Como vimos no capítulo anterior, após a sua abdicação, este deixou em testamento, contrariando os costumes da família, a vontade de ser incinerado. A intenção foi clara: evitar que o seu corpo fosse profanado, pois na estrutura política legada apenas poderia contar com o apoio de alguma aristocracia. Durante a Ditadura, tinha-se derramado demasiado sangue e criado sementes de ódio, difíceis de superar. Muitas fortunas tinham sido expropriadas e o exército havia sido utilizado contra o poder civil. A própria aristocracia, silenciada pelo temor, pelas proscricções, sentia-se submetida ao ditador. E, na verdade, Sula

³ Plut. *Pomp.* 2.1-2.

tinha razões para ter ordenado a cremação do seu cadáver. Nas eleições de 78 a.C., ainda ele era vivo, a oposição já se começava a manifestar. No momento em que a pira ainda consumia o seu cadáver, no ano de 78 a.C., rebenta uma rebelião organizada pelo cônsul Marco Emílio Lépido, pertencente a uma velha família patrícia e apoiante do ditador durante a guerra civil. Este homem, conhecido pela ambição, tentava agora deitar por terra as disposições de Sula, contando com o apoio dos camponeses despojados da Etrúria que passaram a assassinar os veteranos de guerra das colônias de Sulanos. Mas Lépido acabou por ser declarado inimigo público através de um *senatus consultum ultimum*, e, em 77 a.C., foram encarregues de o combater Quinto Lutácio Cátulo, na qualidade de pro-cônsul, com veteranos de Sula, e Pompeio, a quem o senado atribuíra um comando especial, com os seus próprios veteranos. Cátulo faz recuar as tropas de Lépido que, às portas de Roma, já tinham alcançado a ponte Milvia, e Pompeio acabará por derrotar os partidários daquele patrício em Mútina (atual Módena) e na Ligúria. Lépido morre na Sardenha, após breve doença, depois de frustrada a sua intenção de entrar em Roma.

Mas outros problemas iam consumindo a República: o reavivar das hostes do partido popular, com a atuação de Quinto Sertório na Hispânia; a revolta dos escravos, comandados por Espártaco; a ação dos piratas no Mediterrâneo, que afetava o precário abastecimento de Roma; e, no Oriente, a guerra indeterminável contra Mitridates, rei do Ponto. Caberá a Pompeio solucionar todos estes problemas.

2. A ameaça na Hispânia: a guerra de Quinto Sertório⁴

Quinto Sertório, um antigo partidário de Mário e um dos proscritos de Sula, havia-se feito nomear pretor da Hispânia Citerior e representava uma verdadeira ameaça. Sertório era conhecido pelo seu espírito arrojado e pela confiança que transmitia às suas tropas, faculdades que lhe permitiram um considerável sucesso em campo de batalha. A ele se aliam os líderes

⁴ Sobre Sertório e os Lusitanos, vide atrás Mantas, cap. 8 §8.

rebeldes Celtiberos e Lusitanos e os sobreviventes da guerra civil contra Sula. Inicialmente, o conflito na Hispânia ocorre como fazendo parte da guerra civil e não como qualquer tentativa para ganhar uma independência face a Roma. Mas a situação haveria de mudar e Sertório acabará por passar a inimigo de Roma. Uma das razões invocadas por Sertório estava relacionada com a crueldade inútil perpetrada em 98 a.C. por um general romano chamado Dídio, que seguindo o exemplo do seu antecessor, Sulpício Galba, atraiu para o seu acampamento uma tribo inteira com a promessa de lhes distribuir terras, mas contrariamente à promessa a chacinou. Durante oito anos Sertório foi bem-sucedido, pois era um bom conhecedor das gentes e dos povos hispânicos e representava para estes a esperança de uma certa liberdade, sobretudo para aqueles ainda pouco romanizados, os Lusitanos e os Celtiberos. Em 80 a.C. os Lusitanos chamaram-no para que os apoiasse contra o jugo de Roma, mas ele fê-lo com um propósito que eles não suspeitaram, o de educar os Hispanos na civilização romana e fundar com eles uma nova república. Daí ter fundado escolas em que se ensinava o grego e o latim: em Osca (provavelmente, a moderna Huesca), destinada a ser a nova Roma, nomeia, entre os seus companheiros de exílio, um senado de 300 romanos (Bertolini 1999 267). Vale a pena citar um passo de Plutarco (*Sert.* 14.3-4) a propósito da importância da educação, citando a atitude de Sertório quando manda instruir jovens da Hispânia com o intuito de no futuro servirem os outros com o seu saber:

«Mas o que mais os cativou foi o que dizia respeito aos filhos deles. Pois reuniu os mais nobres daqueles povos em Huesca, uma grande cidade, e contratou mestres de letras gregas e romanas. Na prática, eram reféns, mas em teoria mandava-os ensinar a fim de, quando fossem homens, participarem na administração e no poder. Os pais sentiam um prazer espantoso, ao verem os filhos irem à escola tão bem vestidos com as suas togas bordadas, e Sertório a pagar as respetivas custas, a mandá-los muitas vezes fazer exames, a conceder prémios aos que os mereciam e a dar-lhes de prenda aqueles colares a que os Romanos chamam bulas»⁵.

⁵ Trad. Rocha-Pereira, *in* Morais 2010 133.

A responsabilidade máxima para acabar com a revolta de Sertório coube, como vimos, ao procônsul Q. Metelo. Mas as dificuldades e o poder cada vez mais ameaçador dos exércitos de Sertório permitiram a intervenção de Pompeio que, com o apoio de um exército fiel, decide apoiar aquele procônsul. O senado dificilmente podia recusar tal tarefa. Efetivamente, com receio da preponderância de Sertório na Hispânia e das suas ligações à Gália, que poderiam implicar uma intervenção direta na própria Península Itálica (como aquela que tinha sido perpetrada por Aníbal), o senado decidiu aceitar a oferta de Pompeio, concedendo-lhe, em finais de 77 a.C., quando tinha apenas 28 anos, o governo da Hispânia Citerior e o *imperium* proconsular. Com ironia, um senador que o apoiou disse que Pompeio não ia como procônsul mas antes como *pro consulibus* – “em vez dos dois cônsules”.

É assim que, em 76 a.C., Pompeio, apenas com 29 anos, cumpre o proconsulado, ainda que de modo irregular, pois não detivera os cargos intermédios. Ainda que os preparativos do jovem procônsul tivessem sido céleres, demorou alguns meses até chegar à Hispânia, pois se retirara na Narbonense para controlar a revolta de algumas tribos célticas e proceder à construção de uma via no Monte Cocio (Monginebra), necessária para a vigilância daquela região (Bertolini 1999 268). Com os mesmos exércitos que havia usado no confronto com Lépido, cerca de 30. 000 legionários e 1. 000 cavaleiros, Pompeio partilha com Metelo uma campanha contra Sertório. Nestes primeiros confrontos, Sertório teve oportunidade de apreciar as capacidades bélicas do jovem procônsul, chegando a afirmar que se Metelo era um inimigo respeitável, Pompeio era muito mais temível⁶. Os confrontos durarão de 76 a 72 a.C., mas não sem antes Pompeio solicitar ao senado (no inverno de 75 ou 74 a.C.) mais reforços de homens e bens, dizendo que se não lhe enviassem seria o seu próprio exército a invadir Itália, se antes não o fizesse o de Sertório!⁷. Os confrontos terminaram graças ao assassinato traiçoeiro de Sertório em 72 a.C., perpetrado por Marco Perpena Ventão, ávido de o poder substituir

⁶ Vell. 2.29.

⁷ Sal. *Hist.* 2.98.

no comando (Cornell & Matthews 1991 66). Sem alma, o exército de Perpenna não resiste a Pompeio. Depois de terminado este conflito, Pompeio consagrou um considerável esforço à reorganização provincial, fundando cidades como *Pompaelo* (a atual Pamplona), de acordo com um modo de vida “mais civilizado”. No seu regresso vitorioso a Roma depois de 71 a.C., o jovem procônsul faz erigir um monumento, no Vale de Pertus (nos Pirinéus), e segundo Plínio⁸, fez contar que havia submetido 876 cidades na Hispânia, desde os Alpes até às fronteiras da *Hispania Ulterior*.

3. A rebelião dos escravos conduzida por Espártaco

Como referimos, outros conflitos, desta vez no interior da própria Península Itálica, consumiam os Romanos. Tratava-se da rebelião dos escravos, a maior do género na antiguidade. O primeiro ato da revolta ocorre quando, em 73 a.C., um grupo de setenta e oito gladiadores da principal escola dirigida pelo *lanista* Léntulo Batiato, em Cápua, decidiu lutar pela sua liberdade. O chefe desta revolta chamava-se Espártaco, homem de qualidades notáveis, de provável origem trácia, cujo nome parece indicar uma linhagem aristocrática⁹.

Nesta escola, com cerca de 200 gladiadores (na sua maioria escolhidos entre os prisioneiros de guerra trácios, gauleses e alguns germanos), comete-se a imprudência de concentrar escravos recentemente privados da sua liberdade e desesperados para escapar ao destino que os esperava. Armados de gládios e punhais mataram os guardas e forçaram as portas da escola gladiatória, refugiando-se nas vertentes escarpadas do monte Vesúvio.

Para combater estes desordeiros o senado decidiu enviar para sul *coortes* auxiliares de 3 000 homens comandados pelo pretor Cláudio Glabro. Graças a um stratagema eficaz, Espártaco consegue saquear o acampamento romano, levando à derrota humilhante dos exércitos romanos que, aterrorizados, fogem em debandada. Esta vitória retumbante,

⁸ Plin. *Nat.* 3. 18.

⁹ A partir do século V a.C. vários reis trácios tinham o sobrenome de “*Espartokos*”.

sem confronto em campo de batalha, galvaniza os escravos e equipa-os com novas armas. Com o tempo, acabariam por montar as suas próprias oficinas para fabricar armas, obtendo ferro, bronze e estanho em troca dos saques que iam realizando nas ricas propriedades. Rapidamente esta revolta se entende a quase toda a Península. Aos poucos e à medida que atravessavam a Campânia, a eles se juntam milhares de escravos que esperavam escapar à sua condição.

Embora não fosse a primeira vez que se fazia sentir em Roma a rebelião dos escravos (como aquelas ocorridas na Sicília em 140/139 e 104 a.C.), esta agora tinha crescido em número e em violência chegando mesmo a ser constituída por vários exércitos de amotinados e de grupos armados hostis, estimados em cerca de setenta mil homens sedentos de liberdade e de vingança, incluindo agora, para além dos escravos, pastores e pequenos proprietários arruinados que nada tinham a perder.

O Estado Romano não podia admitir esta derrota. Como resposta envia dois outros pretores, Varínio e Cossínio, desta vez com um maior número de tropas. Mas, rapidamente, Varínio é derrotado com os cerca de 3 000 homens que o acompanhavam e Cossínio acabará por ser capturado. Mais uma vez as tropas fogem em debandada e o acampamento é de novo saqueado.

Estamos agora em 72 a.C., e Roma, perante tal humilhação, vê-se obrigada a reagir com vigor. Desta vez envia dois cônsules, Gélio Públicola e Cornélio Léntulo Clodiano, à frente de duas legiões com cerca de 10 000 homens. Mas o agrupamento dos rebeldes ia sendo facilitado pela incompetência dos cônsules e pela forte instabilidade política e social que se vivia em Itália e, em particular, em Roma.

Os rebeldes, comandados por Espártaco e apoiados por mais dois líderes de origem gaulesa, Crixo e Enómao, atravessaram praticamente toda a Itália e desafiaram os exércitos de dois cônsules, pondo em risco a segurança da própria cidade de Roma. Uma a seguir às outras, as cidades caíam sob os assaltos dos amotinados e eram saqueadas. O objetivo de Espártaco era a o de transpor os Alpes e estabelecer-se na Gália, e enviar cada um de regresso à sua pátria como homens livres. Mas a ação dos cônsules, reforçados por tropas do procônsul da Gália Cisalpina,

Cássio, haviam de barrar essa passagem. Espártaco decide então mudar de estratégia e, no outono de 72 a.C., rumo de novo para sul de Itália, com o objetivo de alcançar a ilha da Sicília. Para tal, contava com o auxílio das embarcações de piratas que os haveriam de transportar para Oriente, longe da ameaça direta dos romanos. Este novo revés perpetrado pelo exército de revoltosos permite-lhes a conquista de uma das cidades do sul da Península, a colônia costeira de Túrio. Pela primeira vez os rebeldes fixaram-se numa cidade.

Esta ameaça fez com que em 72 a.C. o senado tomasse uma medida excepcional: retira os exércitos aos cônsules e confia as operações a um procônsul. Esta tarefa, que havia de se revelar providencial, foi entregue a Marco Licínio Crasso. Este empreende uma ação enérgica e decisiva: às quatro legiões consulares que participaram na batalha de 72 a.C. acrescenta mais seis, ficando à frente de cerca de 45 000 mil homens. Desobedecendo a Crasso, um dos seus lugares tenentes, Múmio, decide avançar contra Espártaco com duas legiões e sofre uma humilhante derrota, levando, mais uma vez, à debandada dos exércitos que o acompanhavam. Furioso, Crasso, pune os fugitivos aplicando uma prática bárbara e arcaica, conhecida por *decimatio*¹⁰.

Ao que parece a solução revelou-se eficaz dado que no segundo encontro, Espártaco encontrou uma forte resistência e optou por bater em retirada para Sul, em direção a Brútio (*Brutium*) (perto do estreito de Messina), pensando atravessar as suas forças para a Sicília e dali para África.

A situação era de tal forma difícil de controlar, que Crasso acabaria por solicitar ao senado um reforço com as legiões de Pompeio, que após a derrota de Sertório ainda chegaram a tempo de acabar com os últimos redutos do exército rebelde, aniquilando vários milhares de escravos que tinham escapado à derrota de Espártaco (Grant 1960 27). Crasso seguiu-os na sua marcha para Sul e alcançou-os, destruindo as suas retaguardas. A sábia prudência de Crasso começava a dar frutos (12 300 escravos

¹⁰ Esta prática consistia na morte de soldados por sorteio. Depois de alinhados em grupos de dez, um de cada grupo era vitimado: depois de despido, era açoitado no chão com uma vara e, em seguida, decapitado com um machado, segundo rituais religiosos e diante de todo o exército.

foram mortos). Com uma ação combinada, em março de 71 a.C., seriam aniquilados todos os bandos rebeldes e, com eles, Espártaco e outro grande herói desta guerrilha, Pôncio Telesino.

De modo impiedoso, Crasso deu um fim trágico a estes homens, crucificando cerca de 6 000 prisioneiros do confronto de Brundísio (atual Brindisi) ao longo da *via Appia*, a estrada que fazia a ligação entre Cápua e Roma. Apesar desta ação combinada, o extermínio de cerca de 5 000 fugitivos na Etrúria por parte de Pompeio fez com este se atribuisse, sem escrúpulos, o papel decisivo nesta contenda, minimizando o papel crucial que havia tido Crasso. Desse modo, escreveu ao senado orgulhoso da sua proeza dizendo que se Crasso tinha destroçado Espártaco, ele, Pompeio, havia extirpado as raízes do mal. Por ter esmagado a revolta, Crasso esperava uma recompensa que lhe traria vantagem quando se apresentasse aos eleitores. Mas o senado em vez de lhe permitir celebrar um triunfo apenas lhe consagra o direito a uma honrosa ovação, sem os atributos de Júpiter e sem o ceptro, a toga e coroa, usados nos desfiles triunfais. Em vez de desfilarem em cima de um carro puxado por quatro cavalos e escutar a ovação do povo ao longo da via triunfal, limitou-se a desfilarem a pé ou a cavalo. Como sabemos, a honra do triunfo coube a Pompeio. No dia 29 de dezembro de 71 a.C. celebra o seu segundo triunfo, com apenas 35 anos, como reconhecimento da vitória contra Sertório e Perpenna, e, no dia seguinte, deixa a carreira equestre para formalmente tomar posse como cônsul (Southern 2002 53).

4. O 1º consulado de Pompeio e Crasso

No ano de 72 a. C., Pompeio e Crasso saíram vitoriosos das guerras para as quais tinham sido escolhidos: os seus exércitos podiam portanto ser licenciados, como obrigava a tradição e era ensejo do senado. Como vimos, Pompeio não o fez. Crasso, que poderia ter apoiado o senado com os seus exércitos, também não o fez, certamente para não correr riscos desnecessários. Era-lhe mais vantajoso estar ao lado de Pompeio e, à semelhança daquele, solicitar ao conselho a sua eleição para o consulado. Na verdade, ainda que fossem reconhecidamente inimigos, ambos

eram demasiado ricos e ambiciosos para evitar uma união de interesses, e colocaram de lado as suas divergências pessoais (Goldsworthy 2008 127). Estavam, assim, criadas as circunstâncias para que se apresentassem conjuntamente às eleições para o consulado no ano de 70 a. C., apoiados pelo partido popular, e sem que nenhum cumprisse as condições necessárias, já que Crasso só levava seis meses como pretor e Pompeio nem sequer tinha ocupado aquele cargo.

O senado, abalado pela derrota do pretor M. Antônio, desconsiderado pelo escândalo de C. Verres, propretor prevaricador da Sicília, não conseguiu evitar que Pompeio e Crasso se candidatassem *in absentia* e ganhassem as eleições. Crasso é apoiado pelo partido senatorial e Pompeio (que passou de uma posição filossenatória para uma posição filopopular!) obteve o apoio do partido popular. Vale a pena enfatizar a diferença entre as suas respetivas situações: Crasso, oito anos mais velho, tinha preenchido todos os requisitos técnicos e legais – tinha sido pretor em 73 a.C. e os seus feitos contra Espártaco, assim como os seus antecedentes familiares, faziam dele o candidato óbvio para o cargo; Pompeio, por seu lado, era demasiado jovem para o consulado e não tinha nenhum dos cargos preliminares necessários. Mas o senado aprovou um decreto isentando Pompeio das condições impostas pela ancestral *lex Cornelia annalis* permitindo-lhe candidatar-se, apesar de não possuir os pré-requisitos obrigatórios. A popularidade de Pompeio e o dinheiro de Crasso, combinados com os seus sucessos militares e, certamente, o medo dos seus exércitos, foram os ingredientes fundamentais para a vitória esmagadora que obtiveram (Goldsworthy 2007 205; id. 2008 128; Bringmann 2011 210-211). Nesta união, Crasso, contava com a sua enorme fortuna e com a sua influência nos circuitos senatoriais, muito especialmente junto da ordem equestre. O entendimento de ambos reentregaria o sistema democrático, ao abolir as leis de Sula. Apenas chegados ao poder, apressaram-se a cumprir a promessa que haviam feito ao tribuno M. Lolio no ano de 71 a. C., restituindo os antigos poderes de veto (*intercessio*) sobre qualquer ato dos magistrados, nomeando censores (que haviam sido suprimidos 19 anos antes) e destituindo 64 senadores designados arbitrariamente por Sula.

Ambos, com o apoio dos seus exércitos, foram abolindo as reformas de Sula, através da restauração do poder do tribunato e da aprovação de uma lei que acabava com o controlo do senado sobre aquele órgão, readmitindo nele os cavaleiros. Procederam ainda a um novo censo da ordem equestre (*ordo equitum*), agora reforçados no seu poder judicial e na cobrança de impostos das províncias. Não mais o senado pôde subjugar-los. Foi Pompeio, mais do que qualquer outro, que com a ajuda do poder tribunicio completamente restaurado desencadeou uma série de acontecimentos que acabaram por conduzir à queda da República.

Por essa altura, Pompeio (que legalmente não estava qualificado para o cargo, pois tinha apenas 36 anos e não exercera qualquer outra magistratura) era já uma figura poderosa e popular, quer entre os soldados e o povo, quer nas províncias, onde dera provas de moderação e respeito pelas populações autóctones (Cornell & Matthews 1991 66). Mas a Pompeio faltava a experiência e o instinto político. À medida que o tempo passava, cada vez mais se mantinha afastado do senado, preferindo conservar-se fora da vida política ativa de modo a tentar preservar o seu prestígio. Esta situação foi, contudo, minando a sua posição e ao longo dos anos foi-se sentindo frustrado pois ia-se apercebendo que os seus feitos não eram suficientes para lhe granjear a devida proeminência pública. Mas também Crasso não cumpria as condições exigidas para o cargo já que levava apenas seis meses de pretor. Estava aberta a porta para a entrada de um terceiro interlocutor no jogo político: Júlio César.

5. O “teatro” das campanhas de Pompeio no Oriente: a luta contra a pirataria e Mitridates VI

Depois da vitória no Ocidente, contra Sertório e Espártaco, logo após a anexação das províncias de Bitínia e Cirene em 74 a.C., Roma viu-se envolvida em vários conflitos no Oriente. Um dos maiores problemas era na luta contra a pirataria, ameaça que desde há mais de uma geração impedia as comunicações no Mediterrâneo oriental. A derrota da

Macedônia e do Império Selêucida pelos Romanos, associada à perda gradual do poderio ptolemaico, foi minando o poder das armadas que controlavam esta zona do Mediterrâneo. Mas esta ameaça também se fazia sentir a ocidente. Sertório entendeu-se com eles na Hispânia e muitos dos proscritos ou perseguidos após a derrota refizeram a sua vida como piratas. A ameaça dos piratas fazia-se sentir na própria capital, pois estes estavam igualmente presentes junto à costa italiana, e, como tal, impediam os fornecimentos cerealíferos¹¹ da Sicília, da Sardenha, do Egito e do norte de África. No mar ou na costa, barcos de piratas, difíceis de vencer, perpetravam o saque de *uillae* costeiras e até mesmo o rapto de viajantes na *via Appia*. A brutalidade dos piratas aumentava exponencialmente. Organizados em verdadeiras esquadras, informavam-se sobre os pontos de partida e destino dos navios, e faziam numerosos prisioneiros que vendiam como escravos, chegando mesmo a capturar uma frota ancorada no porto de Óstia (Carcopino 1993 92). Os mais numerosos e com táticas bem organizadas estavam porém nas costas da Cilícia, no Bósforo e no Ponto Euxino.

Este era o momento por que Pompeio esperava. Aproveita uma *rogatio* introduzida na Assembleia Popular (em janeiro de 67 a.C.) por um tribuno da plebe chamado Aulo Gabínio (*Lex Gabinia*), que solicitava a intervenção de um almirante com poderes extraordinários por três anos para acabar com a pirataria sobre todos os mares, desde o Bósforo e a Síria até às Colunas de Hércules, e sobre todas as costas, até cinquenta milhas (70 quilómetros), (Carcopino 1993 93). Esta iniciativa foi apoiada por dois jovens, Júlio César, acabado de chegar da Hispânia, e Cícero, então ainda pretor. Cícero, contrariando alguns oligarcas, entre os quais Lutácio Cátulo e Hortênsio, fez o primeiro discurso político, intitulado *De imperio Gnei Pompei*, fortemente aplaudido em Roma (Bertolini 1999 275). Em 68 a.C. decretou-se então uma medida que noutra ocasião teria sido entendida como um atentado político, o *imperium* proconsular, não somente sobre todo o Mediterrâneo, mas também sobre uma

¹¹ Cic. *De imp. Gn. Pomp.* 12.33; 18.55; Liv. *Per.* 90; Plut. *Pomp.* 24 e 25.1; D.C. 36. 22.2 e 36.23.2. Apud Carcopino 1993 93.

faixa de cerca de 80 quilómetros a partir das linhas de costa. Apesar da inflamada oposição no senado, esta missão contra a pirataria acabou por ser confiada a Pompeio. Na verdade, as esperanças depositadas em Pompeio não falharam, pois este revelou uma organização e tática excepcional, conseguindo, no prazo de três meses (a partir de maio de 67 a.C.¹²), acabar com a ameaça dos piratas, desde as Colunas de Hércules ao Helesponto, e rapidamente empreender uma guerra vitoriosa contra Mitridates. Pompeio, com um exército de 120 000 infantas e 5 000 cavaleiros, 500 barcos de guerra e cento e cinquenta milhões de sestércios (Montanelli 1997 157; Bertolini 1999 277), dividiu o Mediterrâneo em treze zonas – seis no ocidente e sete no oriente - entregues a legados com meios militares e navais ao seu dispor, mas por ele supervisionadas¹³. A vitória contra os piratas foi a maior glória de Pompeio, não só possível pelas gigantescas forças sob o seu comando, mas também graças ao seu génio de organizador. De tal forma que havia quem perguntasse se não teria a guerra acabado antes de terem começado os combates¹⁴. Nas suas acções, Pompeio foi suficientemente inteligente para não levar os piratas ao desespero, deixando-lhe uma alternativa escapatória: aqueles que se rendessem voluntariamente podiam manter as suas vidas e liberdade pessoal. No leste da Cilícia, alegadamente Pompeio estabeleceu 20. 000 mil antigos piratas nas cidades de Malo (Karatach), Adana e Solos, esta última refundada com o nome de *Pompeiopolis* (Mezethi) em sua honra.

Mas, para além dos piratas, Roma sentia-se ameaçada por Mitridates VI, rei do Ponto, aliado de Tigranes da Arménia e apoiante dos piratas, permitindo-lhes refazer os seus refúgios¹⁵ e aumentar as suas frotas para que o auxiliassem na sua guerra contra Roma. Embora Mitridates tivesse subscrito, ainda no governo de Sula, a paz de Dardânia (que não passou de um armistício imposto pelas circunstâncias), não se mostrou afetado pelas posteriores intervenções de Murena e Sabino, continuando uma política

¹² Plut. *Pomp.* 28.2.

¹³ Plut. *Pomp.* 25; App. *Mith.* 94-95; Flor. 1.41; Vell. 2.35.2; D.C. 36.23.4; 36-37.1-2; Zonar. 10.3; Apud Carcopino 1993 93 e 95.

¹⁴ D.C. 36.37.4; Plut. *Pomp.* 26.4.

¹⁵ Apian. *Mith.* 91 apud Carcopino 1993 92.

de intrigas contra Roma. Assim, quando Nicomedes rei da Bitínia legou, no ano de 75 a.C., o seu reino ao povo romano, Mitridates não hesita em ocupar aquele reino, aproveitando as fragilidades de Roma, como vimos, à época ocupada nos confrontos contra Sertório e a pirataria. Apenas em 74 a.C., o poder deste monarca foi verdadeiramente ameaçado, graças à intervenção de Lúcio Licínio Luculo que durante seis anos, praticamente sem a ajuda de Roma, conseguiu a proeza de se tornar senhor da Bitínia e encurralar o monarca para um canto do seu reino, situação que lhe permitiu conquistar a capital e assenhorear-se de faustos tesouros (Cornell & Matthews 1991 68). Mas a embriaguez das vitórias perpetradas por Luculo, que o levam à tentativa falhada de conquistar a Arménia, e a notícia de que o senado o teria substituído por Pompeio no comando das tropas no Oriente, fazem com que este empreenda a retirada, permitindo que Mitridates retomasse as terras do Ponto, e o seu genro Tigranes, dono do poderoso reino da Ásia Anterior, procedesse à reocupação da Capadócia.

Ainda estava Pompeio na Cilícia (nos começos de 66 a.C.) quando soube que, sob proposta do tribuno Gaio Manílio (*Lex Manilia*), lhe tinha sido concedido um novo comando extraordinário, desta vez contra Mitridates. Depois de breves confrontos, Pompeio consegue encurralar o velho monarca no Ponto. Este pede de novo ajuda a Tigranes, mas desta vez enganou-se, pois o seu genro preferiu evitar um confronto com os Romanos, ainda que na condição de lhes prestar vassalagem. A vitória contra Mitridates e, mais tarde, contra o próprio Tigranes permitiu a Pompeio a subsequente pacificação da Judeia com a tomada de assalto das cidades de Jerusalém e de Jericó. No outono de 63 a.C., acaba com aquela que tinha sido a grande monarquia Selêucida e torna a região num protetorado romano. No mesmo ano, ainda a expedição à Palestina decorria, Pompeio soube da notícia do suicídio de Mitridates aos 68 anos, motivada por uma rebelião perpetrada por um dos seus filhos, Fárnaces¹⁶. Antes de seguir para Itália, Pompeio ainda empreendeu a anexação dos populosos reinos anárquicos da Síria, mantendo a autonomia das suas cidades-estado, e avançou até à Arábia Petreia de modo a poder assegurar o comércio tradicional das rotas das

¹⁶ Plu. *Pomp.* 41.4. Apud Carcopino 1993 118.

caravanas, das prósperas indústrias de tecidos de lã e de linho, das tinturarias de púrpura e do fabrico de vidro. Após esta última expedição, em 62 a.C., Pompeio decidiu dar por concluídas as suas operações no Oriente, deixando duas legiões na Síria a cargo de M. Emílio Escauro.

Com estas conquistas, Pompeio ligou a costa sul do Euxino à costa da Ásia Menor com novas províncias: Ponto, Bitínia, Ásia, Cilícia e Síria. Ele podia realmente afirmar que estabeleceu novas fronteiras na Ásia, deixando-a no centro do império. Levou ainda à proteção dos territórios que se encontravam diretamente sobre a alçada de Roma da ameaça de uma possível invasão da parte dos Partos, criando para tal um *limes* de protetorados (reinos clientes) que defenderiam Roma em caso de necessidade e estavam obrigados a pagar tributos, aumentando, segundo as suas afirmações, os rendimentos provinciais do Estado romano em 70 por cento.

Como consequência destas ações no Oriente, Pompeio foi designado em Roma como “rei dos reis”, como alusão ao facto de ter atuado como um verdadeiro distribuidor de coroas no Oriente, pois contava com poderes delegados pelo povo, acima da intervenção do senado. Nas palavras de Jérôme Carcopino (1993 1289), “nenhum *imperator* reunira mais territórios; nenhum tinha juntado mais riquezas. O seu êxito legitimava o seu despotismo”.

6. A conspiração de Catilina

Durante a ausência de Pompeio no Oriente (que durou mais de quatro anos) dá-se a famosa conspiração de um patricio desacreditado e sem escrúpulos chamado Lúcio Sérgio Catilina, que apenas conhecemos através das descrições dos seus inimigos e, em particular, de Salústio e de Cícero. O retrato traçado por Cícero é avassalador: refere-se a ele como “um indivíduo perturbado, em perpétuo litígio com deus e com os homens, que não conseguia ter paz, nem a dormir nem acordado; essa a causa da sua cor térrea, dos seus olhos injetados de sangue, das suas atitudes de epilético: em resumo, do seu aspeto de louco” (apud Montanelli 1997 157). Podemos aceitar que os excessos desta imagem inflamada possam

estar relacionados com uma questão pessoal, de caráter familiar: consta que Catilina tinha violado uma vestal, sua cunhada pelo lado da mulher. Sabemos que tinha acumulado riquezas nos confiscos de Sula, mas que, depois de ter sido questor, edil e pretor de África, havia fracassado na sua candidatura ao consulado. Ainda que num primeiro momento tivesse obtido o apoio de César e Crasso, a constante ameaça presente nos discursos de propaganda de Catilina mostrava o seu ódio, não só contra o partido dos nobres, como contra todos os ricos, sem distinções ideológicas. Nessa primeira candidatura, já sem o apoio de César e de Crasso, Catilina, tentou mobilizar um grupo de pessoas das suas relações e de proprietários de terras afogados em dívidas, para apoiar um programa político de cancelamento das dívidas e posterior revolução à mão armada, nem que para isso fosse necessário reduzir a cidade a escombros. Esta ameaça levou a uma união temporária das famílias mais prósperas que apoiaram o candidato rival, M. Túlio Cícero, que apesar de ser um “homem novo” era conhecido pela sua grande eloquência (Cornell & Matthews 1991 68). Quando em 63 a.C. Catilina volta a falhar nas eleições, Cícero, com a aprovação do senado, revela a conspiração que Catilina pretendia empreender (que consistia no assassinato dos cônsules para se apoderar do governo), levando à prisão de seis dos seus apoiantes, sem julgamento prévio. César, que à data ainda era pretor, apenas propôs que eles fossem detidos separadamente e que se lhes confiscassem os bens¹⁷. Este pronunciamento fez-se em pleno senado num famoso discurso, depois publicado no texto chamado *As Catilinárias*, que serviram de modelo para a eloquência romana. A réplica de Catilina, na qual reconhecia o seu direito à conspiração por ter sido injustamente tratado na época das ditaduras, não obteve efeito. Flagelado pela eloquência de Cícero, saiu do senado pronunciando palavras ameaçadoras e durante a noite rumou sem demora para a Etrúria com alguns amigos, entre os quais Mânlio, formando aí duas legiões. Nos inícios do ano seguinte, Catilina morria combatendo contra um exército da República nas proximidades de Pistoia, na Etrúria (Grant 1960 28).

¹⁷ Suet. *Jul.* 14.

7. O regresso de Pompeio e a ascensão de Júlio César

Enquanto decorriam as peripécias de Catilina, Roma ia tomando conhecimento da morte de Mitridates e do eminente regresso de Pompeio. Sem a menor precipitação, Pompeio vai-se detendo sem causa aparente em Amiso, Lesbos, Rodes, Éfeso e Atenas. Consta que em Éfeso teria coberto de dádivas os seus militares e teria entregue ao Estado a soma avultada de 20.000 talentos. No começo do inverno de 62 a.C. Pompeio desembarca em Brundísio e aí dispensou as tropas, para alívio de todos, em particular do senado. Aí fez um discurso agradecendo aos seus soldados pelos serviços prestados e pede-lhes para assistirem em Roma à celebração do seu triunfo.

Segundo Veleio (2.29), Pompeio acreditava que os seus feitos lhe dariam suficiente autoridade nos destinos da República. Ainda que tenha regressado a Roma sem intenções ditatoriais, tinha-se comportado como um monarca absoluto, agindo por iniciativa própria e sem a prévia consulta do senado. Assim, apesar dos seus êxitos terem trazido um tesouro de suma importância para o Estado, o senado não lhe conferiu grande protagonismo. A aristocracia senatorial ainda tentava manter as suas prerrogativas tradicionais e evitar ceder às classes populares e às aspirações dos Itálicos e de muitos outros cidadãos romanos que viviam nas colónias e municípios de todo o império.

Chegado a Roma em 61 a.C., Pompeio celebrou um triunfo espetacular, durante os dias 28 e 29 de Setembro, um período de tempo curto tendo em conta o grande número de objetos e prisioneiros de guerra que trazia do oriente. No segundo dia do triunfo celebrou 45 anos. Na inscrição que recordava a dedicação do espólio à deusa Minerva, fez enunciar o nome de catorze povos conquistados e enumerou cerca de 500 cidades e fortalezas, para além de todos os bens, incluindo 850 embarcações capturadas aos piratas, e a conquista de vastas terras que iam desde o Lago Meótis até ao Mar Vermelho. O triunfo foi de tal forma magnífico que as pessoas o recordaram durante muitos anos. Como comenta Plutarco¹⁸,

¹⁸ Plu. *Pomp.* 45-46.

Pompeio atingiu neste momento o zénite da sua carreira e teria sido preferível que tivesse morrido nessa fase da sua vida¹⁹, diríamos nós, sem ter de sofrer o posterior tumulto da sua carreira política e a derrota nas guerras civis que se seguem.

Mas Pompeio tinha evidentemente subestimado a oposição dos *optimates* para poder realizar um dos seus principais projetos políticos: a celebração faustosa do triunfo não foi suficiente para diminuir o poder da oposição. O senado frustrou durante algum tempo os seus desejos, nomeadamente o cumprimento dos acordos que tinha obtido no Oriente e a redistribuição de parcelas de terras aos seus veteranos de guerra. Mas, apesar desta circunstância e contrariamente ao que se temia, Pompeio não mostrou pretensões à monarquia e nem sequer à ditadura; procurou antes tentar demonstrar que pretendia despojar-se das suas honras e não ser mais do que um simples cidadão. Mandou construir uma casa no centro da cidade e uma sumptuosa *uilla* fora de Roma, no Monte Albano (hoje Castel Gandolfo). Mas também se responsabilizou pela construção de grandes obras públicas, dotando a cidade Roma do primeiro teatro permanente e da construção pósticos e de uma cúria para as reuniões do senado.

A falta de reconhecimento por parte do senado foi aliás a causa principal para a queda da República, que se inicia em julho do ano 60 a.C., fruto da aliança informal de Pompeio com dois novos chefes do regime democrático, os já referidos Crasso e Júlio César. Este pacto, sugerido por César, a que se convencionou chamar Primeiro Triunvirato, era de caráter não oficial, sem reconhecimento do senado²⁰. De modo a consolidar esta aliança, Júlio César casa (em abril de 57 a.C.) a sua filha Júlia com Pompeio²¹.

O pacto celebrado entre estes três homens, qualificado por Tito Lívio como de “conspiração permanente”, era, na verdade, irresistível: unia a imensa popularidade de Pompeio, à riqueza de Crasso e a habilidade política e inteligência de César. Segundo M. Grant (1960 28-29), o ideal ciceroniano da “harmonia das duas ordens”, que dependia do livre

¹⁹ Plu. *Pomp.* 46.2.

²⁰ Sobre o 1º triunvirato, vide à frente Brandão, cap. 10 §1.

²¹ Suet. *Jul.* 21.

funcionamento das instituições republicanas, tinha sido frustrado. Este pacto foi renovado em 56 a.C. num encontro celebrado no convénio de Luca, na Gália Cisalpina, a convite de César. Após este encontro Pompeio e Crasso foram nomeados cônsules (55 a.C.) e cada um recebeu, por plebiscito, um comando especial por cinco anos²². César permanece na Gália. Pompeio recebeu o governo das províncias hispânicas por cinco anos, mas exerceu-o por delegação desde Roma, rodeado por um inusitado esplendor e imensos parentes (“clientes”). Crasso, por sua vez, ficou com a Síria.

8. Ocaso de Crasso e Pompeio

Para completar a informação biográfica relativa a Crasso e Pompeio, cabe aqui uma secção sobre a morte destes dois generais, que viram o curso das suas vidas, das suas missões e das suas ambições, cerceado de forma trágica e inesperada.

A campanha infrutífera contra os Partos

O pacto celebrado em 56 a.C. não será de longa duração. Em setembro de 54 a.C., Júlia, morreu durante o parto, e com ela uma das melhores garantias dos laços pessoais que ligavam Pompeio a César. A situação agudiza-se em 53 a.C. quando Crasso decide exceder-se na sua ambição e decidiu confrontar-se com os Partos, que para além de excelentes guerreiros tinham um vasto império que se estendia do Eufrates, a ocidente, até à Índia, a leste, ao Oxo, ao norte.

Perto de celebrar sessenta anos, Crasso estava ansioso por empreender uma gloriosa campanha militar (Goldsworthy 2008 381). Os Partos eram conhecidos por ser excelentes guerreiros, em particular os arqueiros, hábeis no manuseamento do arco e a disparar setas mortíferas contra

²² Suet. *Jul.* 24.

os seus perseguidores. Como governador da Síria, e em substituição de Gabínio, Crasso tentou fortalecer a sua posição política mediante um triunfo contra aqueles povos, tentando com isso equiparar-se em *dignitas* e *auctoritas* com os seus colegas triúnviros, Pompeio e César. Infelizmente, Crasso teve maior ambição militar do que capacidade para realizar tão difícil tarefa. Sem anunciar uma declaração oficial de guerra, sem que para isso houvesse razão justificada ou prévia ruptura com os pactos celebrados por Pompeio, as legiões romanas invadem o território dos partos no ano de 54 a. C.. Sem a preparação de Pompeio ou César, Crasso, em vez de atacar o inimigo, apanhado de surpresa, atravessou o Eufrates e ali deixou uma guarnição de 7000 homens, dirigindo-se novamente para a Síria. Aqui ocupou-se de saquear e despojar os templos, principalmente os de Jerusalém e de Hierápolis. Mas esta retirada prematura permitiu que os inimigos se organizassem. Assim, quando na primavera do ano 53 a. C., os exércitos romanos voltam a fazer a difícil travessia do Eufrates, por Zeugma, com apenas 40.000 homens, foram atacados a cerca de 30 km a sul da cidade de Carras (a Harran da Bíblia), região situada entre os rios Tigre e Eufrates. Neste confronto, pereceram milhares de soldados romanos perante o imponente exército parto, entre eles o jovem filho do triúnviro, P. Crasso, junto com 1000 cavaleiros de eleição. Os romanos sobreviventes retiraram-se para Carras, para se protegerem temporariamente. Já sem saída, Crasso tenta negociar com os Partos, mas acabaria por ser assassinado juntamente com a sua escolta, e a sua cabeça é levada ao rei parto (Goldsworthy 2007 343). Apenas alguns sobreviventes, comandados pelo questor Cássio Longino, escaparam da Síria. Internamente, a morte de Crasso havia de quebrar o difícil equilíbrio de forças entre Pompeio e César (Seager 2002 131).

O fim inglório de Pompeio

Estavam pois criadas as condições para afetar o entendimento entre César e Pompeio. A cidade de Roma mergulhou numa profunda anarquia.

Pompeio, de modo a enfrentar o seu rival bem-sucedido, muda mais uma vez de partido político e passa para o partido senatorial. Quando César anuncia a sua candidatura ao consulado, o senado ordenou-lhe que regressasse como um simples cidadão. Nem a derradeira tentativa de César de manter novos laços familiares (propondo a sua sobrinha-neta, Otávia, em casamento e predispondo-se a casar com uma das filhas de Pompeio) foi considerada²³. César contava agora com uma forte presença em Roma, graças às vitórias militares na Gália.

O entendimento de César e de Pompeio foi quebrado também pelas dificuldades da Guerra das Gálias e pelas perturbações políticas que se viviam em Roma, onde os bandos armados de Clódio, a soldo de César, e de Milão se defrontavam. O assassinato do primeiro pelo segundo levou o senado a nomear, em 52 a.C., Pompeio como cônsul único, sem colega, um precedente que mais tarde levaria à proclamação dos imperadores. Recebe como tarefa quinquenal as duas províncias hispânicas e as suas guarnições, ainda que autorizado a permanecer em Roma e a governá-las através de legados. Como resultado desta nomeação, Pompeio foi influenciado pelos senadores a romper com César, com o objetivo de limitar o desempenho deste último no governo das Gálias (Grant 1960 29-30), pois estavam conscientes do perigo se este pretendesse ser de novo reeleito cônsul. Efetivamente, César fez saber que pretendia ir directamente do seu comando nas Gálias para o segundo consulado, apresentando-se à eleição *in absentia*.

Após uma tentativa falhada de César no primeiro dia de janeiro de 49 a.C., solicitando por carta a Pompeio a renúncia mútua e simultânea ao mandato proconsular, abriram-se as hostilidades entre ambos e, embora César não o desejasse, inicia-se a guerra civil²⁴. Às primeiras horas do dia 11 de janeiro daquele ano César invadiu a Itália, em direção a Roma, atravessando o rio Rubicão, que delimitava a fronteira entre a Gália Cisalpina e a Península Itálica, com sua legião preferida, a *Legio XIII*, e um corpo auxiliar gaulês selecionado com 300 cavaleiros.

²³ Suet. *Jul.* 27.

²⁴ Sobre a guerra civil entre César e Pompeio, vide à frente Brandão, cap. 8 §4.

Em 49 a.C., César partiu para o Oriente em perseguição de Pompeio e acabou por sair vitorioso num lugar chamado Farsalo, na Tessália, no verão de 48 a.C., dizimando os conservadores, devido ao valor dos seus veteranos que resistiram à carga da cavalaria, apesar de numericamente inferiores²⁵. Pompeio, com alguns familiares e amigos, foge para o Egito, depois de uma paragem em Lesbos, onde embarcou a mulher e o filho. O Egito era o único reino helenístico que ainda não tinha caído em mãos romanas, apesar de ser semi-independente de Roma. No Egito reinava o jovem Ptolemeu Dionísio, cujo pai Ptolemeu Auletes (“o tocador de flauta”), tinha sido colocado no trono por Pompeio. Influenciado por Potino, um homem degenerado e meio néscio que estava no poder como *vizir* e que já sabia dos acontecimentos de Farsalo, o jovem Ptolomeu decide-se pela morte de Pompeio. O rei envia uma carta amigável (mas traiçoeira) solicitando a Pompeio que o visite. Ao chegar com uma grande embarcação a Alexandria, os Egípcios, com o pretexto de que não havia profundidade para um barco daquelas dimensões, convidaram-no a mudar-se para uma pequena embarcação, tipo chalupa. Cumpria Pompeio 59 anos. À vista dos familiares e amigos foi apunhalado pelas costas por Lúcio Septímio, um antigo centurião romano que tinha servido o general na guerra contra os piratas mas que tinha sido colocado ao serviço do governo do Egito (Bertolini 1999 324). A cabeça foi decapitada e metida num jarro e o corpo foi deixado na costa sem sepultar, até que o liberto do general, Filippo, procedeu aos rituais fúnebres e enviou as cinzas à esposa de Pompeio, Cornélia, para o sepultar na sua *uilla*²⁶.

César chega poucos dias depois a Alexandria. Aí recebe a notícia da morte do seu rival, acontecimento que muito o perturbou. Antes de desembarcar apresentou-se-lhe o retórico Teódoto, um dos ministros de Ptolomeu, levando-lhe como oferenda a cabeça e o anel do desafortunado Pompeio; César, horrorizado, nem quis olhar e desfez-se em lágrimas²⁷. Aceitou o

²⁵ Suet. *Jul.* 35.

²⁶ Plu. *Pomp.* 80.

²⁷ Liv. *Per.* 92; Caes. *Civ.* 3.106. 3-5; D.C. 42.7.3 e 42.8.1 ; Plut. *Caes.* 48.2, *Pomp.* 80.5; Apud Carcopino 1993 429).

anel e fez queimar a cabeça, construindo no sítio da fogueira um altar à deusa vingadora Némesis. Quando este pretendeu castigar os criminosos, os Alexandrinos cercaram-no dentro do palácio real.

* * *

Pompeio ficou para a posteridade como uma das figuras mais brilhantes do Império romano. A sua glória ficou bem espelhada neste breve passo lapidar de Plínio²⁸:

«Mas será tão relevante para a glória do Império Romano como para a de um só homem, mencionar agora todos os nomes e triunfos de Pompeio *o Magno*, porque eles igualam em brilho as explorações de Alexandre *o Grande* e por fim as do próprio Hércules».

Tábua cronológica

82-72 a.C. Campanhas de Sertório na Hispânia.

82-79 a.C. Ditadura de Sula.

73-70 a.C. Rebelião dos escravos, conduzida por Espártaco.

74-66 a.C. Derrota de Mitridates do Ponto.

70 a.C. I Consulado de Pompeio e Crasso.

67 a.C. Pompeio recebe um poder extraordinário para libertar o Mediterrâneo de piratas.

67 Pompeio recebe um comando extraordinário para ultimar a guerra contra Mitridates.

65-61 a.C. Conjuras de Catilina por ocasião do regresso de Pompeio.

59 a.C. Formação do Primeiro Triunvirato com Crasso, Pompeio e César.

55 a.C. II consulado de Pompeio e de Crasso.

53 a.C. Crasso é derrotado e morto pelos Partos, em Carras.

49-45 a.C. Início da Guerra Civil entre César e Pompeio e derrota dos Pompeianos na Hispânia.

48 a.C. Derrota de Pompeio em Farsália e fuga deste general para o Egito, onde é assassinado.

²⁸ Plin. *Nat.* 7.95.

Bibliografia

- Bertolini, F. (1999), *Historia de Roma. Desde los orígenes itálicos hasta la caída del Imperio de Occidente* (trad. esp. de Salvador López Guijarro). Madrid, 259-329.
- Bringmann, K. (2011), *A History of the Roman Republic*. Cambridge.
- Carcopino, J. (1993), Júlio César (trad. port. de Ana Rabaça). Mem Martins.
- Goldsworthy, A. (2007), *Generais romanos. Os Homens que construíram o Império Romano* (trad. port. de Carlos Fabião). Lisboa.
- Goldsworthy, A. (2008), *César. A vida de um colosso* (trad. port. de Francisco Paiva Boléo). Lisboa.
- Seager, R. (2002, 2ª ed.), *Pompey the Great: A political Biography*. Oxford.
- Southern, P. (2002), *Pompey the Great*. Charleston.
- AA.VV. (1983), Manual de Historia Universal. Roma. Vol. IV. Madrid, 143-170.